

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Conselheiros

FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS – FINATEC

Brasília - DF

Opinião com Ressalva

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS – FINATEC**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício encerrado nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais Políticas Contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS – FINATEC** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus Fluxos de Caixa para o exercício encerrado nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base Para Opinião com Ressalva

Reserva para Investimentos

Conforme consta na Nota Explicativa de Nº 16, estava registrado no grupo do Patrimônio Líquido, Reservas no valor contábil de R\$ 24.308.346,44. Observamos que, tal rubrica contábil estava pendente de movimentação de longa data e que os balancetes analíticos mensais indicavam tratar-se de Reservas para Investimentos. Conforme ainda constava na mencionada Nota Explicativa, tal Reserva, seria reclassificada contabilmente após o trânsito em julgado do Processo 2005.34.00.028403-0 ajuizado pelo Ministério Público Federal, cuja Assessoria Jurídica da Fundação entende ser remota às probabilidades de perdas.

A Administração justificou que adotou tal postura em virtude de maior cautela através da constituição da Reserva. Entretanto, não foi identificado pela Auditoria, deliberação dos Órgãos Estatutários quanto às regras para utilização, desincorporação e incorporação, sobretudo de eventuais rendimentos financeiros advindos da Reserva e possível aproveitamento para custeio de Atividades Operacionais.

Diante do Cenário acima indicado, não foi possível à Auditoria assegurar à evolução do saldo bem como mensurar seus impactos nos demais demonstrativos contábeis da Entidade.

Apuração e Recolhimento da COFINS

A Nota Explicativa de Nº 21.2 – PIS/ COFINS, indica que a Entidade goza de benefício de isenção da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, conforme Leis Nº 9.718/98 e Nº 10.833/03. Enfatizamos que a Entidade, conforme registrado na Escrituração Contábil Fiscal – ECF, indicava sua natureza de Isenção Tributária relacionada ao Imposto de Renda.

Em procedimentos de Auditoria, constatamos que não estava sendo apurado e recolhido a COFINS pela Entidade, sobre as Receitas com Aluguéis e sobre Receitas Financeiras, podendo resultar eventualmente em contingências tributárias.

Pois, conforme disposto pela Solução de Consulta COSIT 243/2019, Solução de Consulta COSIT 320/2018 e Solução de Consulta DISIT/SRRF04 Nº 4051/ 2017, são devidas a Cofins pelas Entidades Isentas sobre tais Receitas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Destacamos que, não identificamos no contexto de análises da documentação disponibilizada à Auditoria, razões que justificassem a não apuração e recolhimento da Cofins sobre Receitas com Aluguéis e Receitas Financeiras.

Diante do Cenário acima apresentado, considerando que a Entidade goza de caráter de Isenção (e não imunidade tributária) e que existem Instruções Normativas da Receita Federal no sentido de serem devidas a COFINS sobre Receitas com Aluguéis e Receitas Financeiras para as Entidades Isentas e que não foram apresentadas justificativas para a não apuração e recolhimento do mencionado Tributo, não foi possível à Auditoria obter evidências apropriadas e suficientes que o Passivo Tributário estava fidedignamente representado, não sendo possível mensurar à potencial desconformidade e seus correspondentes impactos, tendo em vista que o prazo prescricional tributário não estar abrangido pelo período da Auditoria.

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à **Fundação**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de Auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com Ressalva.

Parágrafo de Ênfase – Despesas com Pessoal e Encargos

Chamamos à atenção para as Notas Explicativas de N°s “17 – Receitas Operacionais – Sem Restrição” e “19.1 – Despesas com Pessoal e Encargos”, tendo em vista que, o Estatuto Social da Entidade prevê em seu Art. de N° 34 que o total das despesas com pessoal do quadro administrativo não poderá ultrapassar 60% (sessenta por cento) das Receitas da Fundação, o que não ocorreu durante o exercício de 2021. Destacamos que, os registros contábeis (objeto da Auditoria) foram realizados adequadamente em todos os aspectos relevantes. Nossa opinião não contém Ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

As Demonstrações Contábeis da **Fundação** para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por nós, para as quais emitimos Relatório dos Auditores Independentes em 31 de março de 2021, opinando com Ressalvas sobre essas Demonstrações Contábeis, notadamente, em relação aos mesmos assuntos relacionados à Reserva para Investimentos e apuração e recolhimento da COFINS.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Fundação** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Fundação** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da **Fundação** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a Auditoria realizada de acordo com as normas

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

brasileiras e internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Como parte da Auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da Auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de Auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de Auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a Auditoria para planejarmos procedimentos de Auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Fundação**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de Auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Fundação**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de Auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Fundação** a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da Auditoria e das constatações significativas de Auditoria, inclusive deficiências nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília – DF, 02 de maio de 2022.

LS AUDITORES INDEPENDENTES S/S EPP
CRC / DF 647
Registro CVM nº 7030
Registro CNAIPJ N° 184

Laercio José Alves da Silva
Contador CRC PE 8591/O-9 “T” DF
Membro IBRACON nº 903
Registro CNAI nº 524